

TÍTULO DO TRABALHO			
A HISTÓRIA E A QUESTÃO DO ENTENDIMENTO: UMA PERSPECTIVA DIFERENCIADA DA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO EM EDUCAÇÃO			
AUTOR	INSTITUIÇÃO (POR EXTENSO)	Sigla	Vínculo
Luiz Dias do Nascimento Filho	Universidade do Estado do Rio de Janeiro	UERJ	Pesquisador
RESUMO (ATÉ 150 PALAVRAS)			
<p>A intenção deste trabalho nasceu do interesse pela discussão focada na possibilidade de existir um entendimento que ultrapasse o domínio de critérios tradicionais de compreensão do mundo. Critérios baseados em concepções de realidade idealista e ou realidade esclarecida. Métodos que entendem ser possível emancipar o homem histórico. Sendo assim, propõe-se trazer para o debate a questão do entendimento fundada na perspectiva de história de Marx, levando-se em conta a produção do conhecimento e a prática de ensinar dentro de uma abordagem epistemológica materialista. Entende-se que a perspectiva de Marx levanta questões importantes sobre o entendimento, sobre práticas pedagógicas que devem ser pensadas, devendo ser consideradas no seu valor em relação a vida. Esta proposta se torna relevante por ter como objetivo considerar as investigações de Marx sobre o entendimento, tendo como base a história e o avanço dessa na relação de produção material.</p>			
PALAVRAS-CHAVE (ATÉ 3)			
Idealismo. História. Trabalho.			
ABSTRACT (ATÉ 150 PALAVRAS)			
<p>The intention of this work born of interest of discussion focused on the possibility of an understanding, which goes beyond the traditional domain of understanding of world. Criteria based on idealistic concepts of enlightened reality. Methods that want to be able to emancipate historical man. Therefore, it is proposed to bring to the debate the question of understanding founded in Marx's history perspective taking into account the production of knowledge and the practice of teaching in a materialistic epistemological approach. It is understood that Marx's perspective raises important questions about the understanding on pedagogical practices that must be thought and should be taken as a value relative to life. This proposal is relevant to aim to consider the investigations of Marx's understanding, based on the history and advancement in this relation of production material.</p>			
KEYWORDS (ATÉ 3)			
Idealism. History. Work.			
EIXO TEMÁTICO			
Educação, classe e luta de classes.			

Introdução

O tema deste trabalho parte do pressuposto da crítica de Karl Marx ao pensamento idealista e sensível; teorias que valorizam a tradição dos jovens hegelianos e do pensamento de Feuerbach. Nossa intenção é conhecer como Marx romper com esses procedimentos reconhecidos como verdadeiros e hegemônicos pela tradição e nos conduz a uma nova perspectiva do entendimento.

Valorizou-se a crítica de Marx como crítica que é capaz de produzir questões importantes sobre a prática dos indivíduos históricos contrária ao pensamento idealista e a doutrina da valorização do conhecimento pela sensibilidade, particularmente a doutrina hegeliana do ideal, fundada em abstrações imaginativas como tentativa de emancipar o indivíduo enquanto indivíduo de uma realidade idealista.

Tentaremos chegar às investigações de Marx pelo fato de reconhecer que ele abre um leque de discussões que julgamos relevante a formação do entendimento, ou seja, capacidade de avaliar os indivíduos e as coisas; julgar, estabelecer juízos que ultrapassam essas abordagens epistemológicas e que se firma na ação do trabalho material, fora de utopias idealistas e esclarecidas.

Buscaremos chegar ao teor da discussão em que Marx, de algum modo, esclarece sobre a possibilidade do aparecimento de uma faculdade construída em bases concretas, para além de concepções não seguras, mas que seja produto de uma realidade material, formada na ação do indivíduo sobre a matéria, sobre a natureza e nas relações sociais. Entende-se que esta questão se torna importante por trazer revelações interessantes no sentido de se poder superar a verdade de tradições epistemológicas dominantes e ultrapassa-las, rompendo o domínio formado em concepções utópicas de realidade não confiáveis. A proposta deste trabalho torna-se relevante pelo interesse e a preocupação de descobrir a possibilidade de formação de um novo entendimento de avaliações, julgamento e de critérios de juízos.

Com isso, poder-se chegar a compreensão de que é possível superar a faculdade de julgar construída sob a doutrina do conhecimento esclarecido que despreza dimensões materiais históricas, que não correspondem à realidade da vida material. Entendemos a existência de uma necessidade epistemológica de buscar um entendimento que se forme na ação individual de materialidade dos indivíduos sobre a natureza e suas relações sociais, um trabalho que participa diretamente na transformação da natureza.

1. Karl Marx e a questão do entendimento

A discussão sobre a construção do entendimento sempre foi de interesse da ética para chegar a um resultado sobre a realidade objetiva e a vida. Jon Locke (1632-1704) preocupa-se em esclarecer o entendimento, levando em conta a construção das atividades racionais.

Para Locke, o entendimento, assim como os olhos não conhecem a si mesmos, mas por um esforço de situá-los à distância e fazer dele o seu próprio objeto (LOCKE, 1999). Diante desta dificuldade, Locke estabelece critério de considerar determinadas faculdades, que são possíveis apenas de discernir, a estudá-las a partir de objetos que lhes dizem respeito.

Locke diz que se pudermos descobrir até onde o entendimento se estende, até onde suas atividades alcançam a certeza, e em quais casos ele pode apenas julgar e adivinhar, saberemos como nos contentar com o que é alcançável por nós nesta situação (LOCKE, 1999).

Existe uma compreensão na filosofia de Locke de que a maneira pela qual adquirimos qualquer conhecimento constitui suficiente prova de que ele não é inato. Ele não se encontra naturalmente impresso na mente porque não são conhecidas pelas crianças, idiotas, etc. Locke procura afirmar que a capacidade é inata, mas o conhecimento adquirido não. Ele parte do princípio de que os homens têm princípios práticos opostos (LOCKE, 1999).

Segundo Locke (1999), basta olhar para a condição de ser possível investigar cuidadosamente a história da humanidade levando em consideração as várias tribos de homens e suas indiferentes ações que poderá convencer de que os princípios norteadores das atividades sejam designados por um princípio universal ou regra para ser considerada absoluta.

Por exemplo, a ideia na concepção de Locke é produzida no entendimento, mas não é inata e nem do trabalho material, mas, sim, de uma pessoa que pensa, esse ato de pensar engloba as possíveis atividades do entendimento (LOCKE, 1999). A ideia para Locke significa também os fantasmas provenientes dos sentidos, como lembranças, imagens, noções, conceitos abstratos. Compreende que as fontes de todo entendimento são a experiência sensível e reflexão.

A experiência sensível e a reflexão não constituem propriamente conhecimento, são processos que suprem o entendimento com os materiais que possibilitam chegar a um determinado pensamento, o que chama de ideias. Locke compreende que as ideias chegam ao entendimento por graus, fornecidas pela experiência e a observação das coisas que aparecem ao indivíduo, e que não há caracteres originais impressos no entendimento (LOCKE, 1999).

Com David Hume (1711-1776) filósofo, historiador, economista e ensaísta escocês, conhecido principalmente por seu empirismo filosófico e ceticismo se debruça sobre o problema da formação do entendimento abordando diretamente a questão moral.

Hume (2015) desenvolve sua teoria confrontando seu pensamento com o pensamento filosófico de Locke, concluindo que a capacidade se constrói na base da impressão. Propõe, assim, que todo conhecimento deriva dos sentidos (HUME, 2015).

As ideias que se formam no entendimento, para Hume, não são inatas, mas aparecem derivadas das impressões, essas impressões são oriundas de fatos e coisas que atingem o nosso psicológico ou percepção. Dessas impressões acontecem as representações que são as ideias concebidas, que se apresentam como deturpação da percepção bruta, original; reflexo do que foi impresso em nossa psique (HUME, 2015). Hume entende que todas as ideias válidas têm fundamento na impressão. Sendo assim, a construção do entendimento tem como base as impressões e as relações entre ideias em forma de associações que dão origem a capacidade de estabelecer juízo (HUME, 2015).

No período de 1798-1857, Augusto Comte traz a possibilidade da formação de um juízo que se forma a partir da observação. O que deu início a Filosofia Positivista, nos seus diferentes postulados, priorizando a ordem e progresso.

Comte constata que este entendimento se instala na história como um positivismo social. Ele nasce na exigência de se construir um conhecimento voltado para a formação de nova ordem social e religiosa. A ordem, segundo Comte, coopera com o progresso baseado na condição concreta. Essa proposta filosófica positiva coopera de forma direta para o nascimento de um entendimento que se volta ou que prioriza a questão técnico-industrial do período moderno e exalta o otimismo da origem do industrialismo (ABBAGNANO, 1970).

Na formação desse entendimento sobre a existência das coisas, o positivismo estende o conceito de progresso a todo universo das diferentes compreensões. Faz valer em todas as áreas o sentido dos resultados do trabalho consciente.

A capacidade de estabelecer juízos, nesse novo modo de pensar, passa a ser a única via capaz de oferecer compreensão em todo ramo da vida e o único meio possível de adquirir novos parâmetros sociais (RIBEIRO, 1994).

O positivismo deixa de ser o entendimento adquirido em bases interpretativas e da imprudência para se tornar puramente explicativo, que prioriza a neutralidade e a exatidão. Produzindo um modo de produzir juízos que se apoia na explicação dos fatos e nas suas relações

constantes, fundadas expressamente em leis, criando uma compreensão que valoriza apenas o juízo sobre as descobertas e previsões (RIBEIRO, 1994)

Comte, no “Sistema”, demonstra que o entendimento criado pelo método positivo desenvolve leis sociais e verifica as consequências dessas. Consegue, assim, elaborar um sistema político-religioso que tem como objetivo reformar o entendimento de sociedade com relação às coisas, a natureza e a religião. Ele se volta para o mundo real, ou seja, o dado natural, o mundo apresentado pela natureza social. A partir dessa via, entende que um vasto campo de pesquisa, valorizando a observação, abre-se para o trabalho (RIBEIRO,1994).

Dessa forma, surge um entendimento que prioriza um programa universal cujo objetivo é regulamentar e regenerar a vida humana no âmbito do privado e do público. Com essa filosofia, Comte se posiciona num embate contra o ontologismo Aristotélico, contra o racionalismo e contra todos os sistemas que priorizam o conhecimento absoluto possíveis à razão (RIBEIRO,1994).

Nesta perspectiva, parece que Comte deixa parecer que o entendimento produzido apenas pela razão não é possível conhecer, a não ser os fenômenos, bem como suas relações. Segundo pensa, esta não tem condições de chegar até a essência, ou as causas íntimas, por serem questões que se apresentam como impenetráveis.

O Positivismo insiste em desprezar todas as determinações provenientes das causas. Ele valoriza, dessa forma, a ideia de leis. Leis que devem ser percebidas nas relações efetivas entre os fenômenos. Nessa perspectiva substitui o que é a priori pelo posteriori. O mundo não é mais o inventado pela imaginação e sim o descoberto pela observação de todas as partes (COMTE, 1991).

Nesta perspectiva, torna-se a atividade do entendimento apenas o de sistematização do bom senso. Essa condição leva o pesquisador a ser um espectador de fenômenos exteriores, ele observa como se dão na relação, um procedimento que prioriza a neutralidade entre sujeito e objeto.

A postura dessa teoria se efetiva a partir da posição contra o quimérico, como também contra a incerteza das hipóteses: aquilo que é vago, absoluto, inorgânico e intolerante. Tem como base o genético indutivo, ou seja, primeiramente se prende ao fato, em segundo a indução, valorizando leis de coexistência e de sucessão, especulando a partir dessa base a existência de novos fatos que escaparam à observação direta, detectados pela experiência (COMTE, 1991).

O entendimento que tem como base a realidade natural não procura a ação do homem na sua relação com a natureza, nem com seu semelhante, como também não se interessa pelas causas íntimas. Antes, prende-se unicamente à descoberta e à combinação de leis, leis invariáveis, e às relações invariáveis de sucessão e semelhança. Porém, por outro lado, Comte admite uma lei

fundamental, uma lei que se divide em três estados, por ser o modo como o pensamento ocorre, o que o leva a fundar a base de sua doutrina pela explicação na história (COMTE, 1991).

Foi o meio que encontrou para conhecer a importância da história no desenvolvimento do entendimento da humanidade. Os três estados são assim representados: Teológico, Metafísico e, por fim, o Positivo. Nessa compreensão fica claro que a capacidade de estabelecer juízos passa por estados, constituindo uma verdadeira consciência apenas quando alcança o Estado Positivo. Tanto a sociedade como os indivíduos estão submetidos a passarem por esse processo de evolução mental (RIBEIRO,1994).

O Estado Positivo está tão preso à natureza que descarta qualquer possibilidade de conhecimento fora do seu contexto. Nele só é válido o que pode ser visto. Torna-se necessário que as coisas estejam presentes de modo concreto. Com isto, ao se colocar como a verdadeiro entendimento sobre o mundo e a sociedade, descarta a ação do indivíduo no mundo (COMTE, 1991).

O espírito positivo, prima pela classificação dos fenômenos, em última análise, em busca do semelhante. Esse processo classificatório é um modo de reunir tudo que possui semelhança. Os fenômenos, nessa perspectiva, necessitam de ser colocados juntos para que haja entendimento de uma situação complexa. Noutro momento, o Positivismo busca, também, a generalização que se situa na afirmação probabilística, e não na certeza absoluta. Nessa metodologia a causa não é tida como solitária e absoluta, seja na origem ou no fim, mas como combinação relacional causa e efeito. Com isso, nunca se pode ter uma certeza absoluta do que se observa, mas apenas probabilidades (COMTE, 1991).

O entendimento se estabelece no estado de probabilidade. Esta prática científica passa então a ser considerada como um processo de evolução contínua, evolução essa que se dá pela acumulação de informações, adotando para si uma prática meticulosa, coerente de verificação. O entendimento positivo alicerçou-se em três momentos fundamentais: a história, a classificação das ciências positivas e finalmente a sociologia. Surgindo desse momento, o Estado Positivo que é um estado que submete a imaginação e a argumentação aos caprichos da observação (GIANNOTTI, 1983).

Foi no fervor dessas discussões sobre a capacidade de julgamento do homem que em 1818 – 1883 surge Karl Marx como filósofo revolucionário. Sua filosofia exerceu influência em várias áreas do conhecimento, tais como Sociologia, Política, Direito, Teologia, Filosofia, Economia, entre outras. Marx rompendo com as cadeias do idealismo e da sensibilidade, utilizando-se de uma

análise histórica do homem, ele observou que ela traz a oportunidade de se conhecer uma nova concepção de entendimento no debate filosófico, refutando, assim, com as teorias idealistas e do esclarecimento.

Fazendo-se uma análise sobre as condições históricas do homem a partir da concepção primitiva de se *achar* no mundo, essa condição se torna a primeira forma de aproximação do homem histórico do seu habitar. Um se *achar* não somente com os olhos, mas com todas as condições de indivíduo histórico. Este modo primitivo de se *achar* no mundo, desenvolve e pluraliza atividades materiais que possibilitam organizar e preservar a vida, o que faz aparecer às condições reais de vida.

Marx percebe que esta realidade material alimenta as condições de vida, criando, assim, o conhecimento real sobre a vida, sobre os homens e suas relações históricas com a materialidade do mundo e com seu semelhante. Marx verifica que desde cedo o mundo material com suas determinações possibilita aos homens a criação e o aperfeiçoamento de mecanismos específicos de manutenção da sua própria existência e de suas relações sociais. Dessa forma, o trabalho material vai se constituir base da organização mental dos homens (MARX, 2007). Parece que nesta via é possível conhecer o homem e o progresso das ações transformadoras, das relações com a natureza e com o semelhante, bem como, o potencial de julgar e estabelecer juízo, condição que se torna instrumento de sustentação da vida.

Marx, numa franca oposição aos jovens hegelianos e ao mundo sensível, leva esta questão do entendimento aos seus fundamentos. Acusa os Jovens Hegelianos de terem criticado os homens por formarem ideias falsas sobre si mesmo, sobre o mundo e sobre o que deveriam ser, mas valorizam como princípio da construção do entendimento, a essência do homem (MARX, 2007). Esse entendimento, segundo a leitura que se pode fazer sobre os textos de Marx, está fora da realidade dos indivíduos reais, por se tratar de uma realidade ideal, sobrenatural e sensível (MARX, 2007).

A discussão do materialismo indica que o caminho para a construção do entendimento real, concreto deve ser fundado na via epistemológica que valoriza a ação do homem sobre a matéria e nas suas relações sociais, e não na ideia ou sensibilidade. Marx busca um conhecimento que se apresente ou se manifeste nos seus processos materiais em que o homem participa dele no seu trabalho (MARX, 2007).

Torna-se possível, na perspectiva materialista, buscar diferentes explicações da dinâmica social, do homem, do mundo o que leva a formação de uma faculdade que esclarece essas

diferenças (MARX, 2007). Por ser a matéria que traz ao homem as condições de realidade e do diferente, pois está inserida em sua própria natureza, ou seja, nos seus aspectos diferenciáveis, o homem marxista constrói a sua capacidade de julgar e estabelecer juízo no âmbito da ação sobre a matéria, no conflito, no trabalho dialético com a realidade material.

Percebe-se que a perspectiva de Marx se confronta com as dos Jovens Hegelianos, que compreendem que o entendimento é produto de ideias que determinam as relações entre os homens, como seus gostos, as suas cadeias e os seus limites (MARX, 2007). Parece que há uma proposta junto aos Jovens Hegelianos em substituir o entendimento fantasioso pelo entendimento formado a partir da crítica das ideias essências. Essa concepção de entendimento beneficia diretamente o trabalho burguês que via nessa formação a possibilidade de se firmar na dominação (MARX, 2007).

Em Feuerbach parece que a sua teoria sobre a formação do entendimento, ou seja, a capacidade de avaliar os indivíduos e as coisas; julgar, estabelecer juízo, apesar de buscar no material sentido para as coisas, vai para o campo sensível. Marx entende que Feuerbach, apesar de trabalhar com a materialidade, valoriza o campo sensível. Para Feuerbach, acusa Marx: as coisas, a realidade, o mundo sensível é tomado apenas sobre a forma do objeto ou da contemplação e não da atividade sensível, praxes não subjetivas (MARX, 2015). A teoria do entendimento de Feuerbach prioriza a busca de objetos sensíveis distintos dos objetos do pensamento e fora da atividade da ação do homem sobre a matéria.

Feuerbach deixa de fora o significado da atividade transformadora da crítica prática, enquanto a condição epistemológica de Marx afirma que é na prática que o homem tem como comprovar a construção da capacidade de julgar fora de um ato sensível. O entendimento real, concreto da realidade e do poder surgem na materialidade, é nesta que aparece a existência de um entendimento real concreto, perspectiva materialista (MARX, 2015).

Para Marx, as circunstâncias de construção do entendimento são precisamente causadas pelas atividades dos homens na transformação da natureza e que o próprio educador tem que ser constantemente educado (MARX, 2007). Marx, parte do princípio de que o entendimento está sempre em construção mediante as atividades do homem histórico. Nesta atividade os indivíduos criam novas circunstâncias que impõe mudanças.

Com essas afirmações pode-se compreender que, na perspectiva de Marx, o entendimento como faculdade do conhecimento é produto da atividade ou do trabalho do homem sobre a natureza, sobre a matéria (MARX, 2015).

O que fica claro é que não basta ter um entendimento do mundo de maneiras diferentes, mas um entendimento baseado nas atividades de transformação do mundo que sempre são revolucionárias. Por este motivo, Marx critica a construção do entendimento epistemológico de Feuerbach alegando a insuficiência deste procedimento materialista que considera as coisas, a realidade, o mundo sensível tomado como forma de objeto ou da contemplação, em vez de valorizar a atividade sensível não subjetiva (MARX, 2015). Segundo as afirmações de Marx, é necessário que percebamos que a mudança ou desenvolvimento do entendimento venha das circunstâncias e atividades humanas que aparecem como processo revolucionário sobre a matéria (MARX, 2007).

Seguindo essa mesma trilha da formação do entendimento, Gaston Bachelard (1884-1962) desenvolve sua teoria em confronto direto com a perspectiva do entendimento do positivismo que valorizava a observação. Bachelard afirma que a experiência construída, a experiência onde aparece o trabalho do indivíduo, ela contradiz a experiência comum ou sensível ou ainda, dos olhos.

Para Bachelard o entendimento formado pela experiência comum é uma experiência que se dá na justaposição ou na observação justaposta. Uma experiência que não é construída, ou seja, sem a participação do indivíduo (BACHELARD, 1996).

Bachelard compreende que a experiência concreta deve se afastar da observação, do esclarecimento, ela deve ter a marca do seu autor. A formação do entendimento concreto, na perspectiva bachelardiana, dá-se contra o entendimento primeiro, destruindo concepções anteriores malformadas, superando o entendimento primeiro que aparece cheios de obstáculos epistemológicos (BACHELARD, 1996).

Segundo Bachelard, aponta para a questão de que é necessário, primeiramente, saber formular problemas, mas uma formulação que não procede da espontaneidade, mas sim do trabalho, da atividade da ciência sobre o real concreto (BACHELARD, 1996).

É nesse sentido que Bachelard tenta chegar a uma nova compreensão sobre a construção da capacidade de julgar, de formular problemas, um entendimento que se origina no trabalho daquele que participa diretamente sobre a realidade do mundo. Segundo sua perspectiva, toda atividade do indivíduo procede do trabalho de problemas materiais. Nada é gratuito, nada é evidente, tudo é produto do trabalho do indivíduo sobre a realidade concreta (BACHELARD, 1996).

Bachelard romper com a concepção de naturismo do entendimento, bem como, com a ideia de gratuidade do conhecimento. Coloca o pesquisador como autor da produção do conhecimento. Condição que Marx reivindica em oposição aos idealistas e a teoria do esclarecimento.

Na concepção bachelardiana o entendimento não pode compreender a matéria pela observação como desejava o método positivista, mas pela competência de um entendimento que se constrói no trabalho sobre ela, um trabalho de julgamento e juízos a partir da manipulação e transformação das condições reais de existência. A matéria para Bachelard passa a ser um pretexto para a condição de trabalho do homem e a via de progresso do entendimento. Bachelard defende a posição de que o entendimento deve se formar no instante em que se enfrenta a realidade concreta ou o real concreto (teoria). (BACHELARD, 2001).

O homem que utiliza bem a capacidade de julgar, a partir do aprendizado do novo método de produzir ciência, a primeira visão, ou a visão do fenômeno no instante de sua aparição, não pode oferecer o sentido, e ou significado exato do objeto. Bachelard conclui que o primeiro momento do visto não capacita o indivíduo a ter descrição bem ordenada e hierarquizada.

O objeto que se dá na claridade com seu anunciar e sua complexidade evidente, colorido, cheio de atrativos que leva a sedução, a nova ciência o compreende como obstáculo epistemológico. Neste caso, o entendimento tem menos compreensão do que conhece. Constrói-se assim, um entendimento que apenas certifica-se da existência, sem, no entanto, ter a devida compreensão. A única compreensão existente é da possibilidade de selecionar e classificar, o que leva a constatar a existência de uma realidade imprecisa, fixada numa imagem pitoresca. A imagem pitoresca, a imagem dada em suas múltiplas variedades, firma-se na hipótese não verificada, fundada mais na crença de um entendimento e nas múltiplas imagens oferecidas (BACHELARD, 2001).

Bachelard procura pontuar o surgimento de uma faculdade que se forma na perspectiva da luz de uma nova ciência. Aquela que leva a construção de um entendimento na dimensão do trabalho, na luta contra o pitoresco, contra as ideias, contra a sensibilidade, contra as analogias e metáforas, não permitindo que a contemplação ou a explicação tome o lugar do trabalho sobre o real. Nesse aspecto, a construção de um novo entendimento deve priorizar o trabalho do contra, contra tudo que é aparente, que é representação. Com isso, o conhecimento deixa de ser produto do aparente, das ideias vazias, do claro, para ser produto do labor do trabalho crítico das condições que lhe deram origem. O entendimento que se constrói na atividade de um trabalho crítico, difere do entendimento instruído pelo aparente (BACHELARD, 2001).

A faculdade do entendimento elaborada a partir do trabalho crítico consegue revirar os problemas, variá-los uns contra os outros o que leva a progressão do conhecimento. Este trabalho tem contra si, e que precisa superar, as convicções primeiras, que são convicções humanas.

Convicções iniciais que são fundadas em certezas imediatas, do certo e da crença no verdadeiro (BACHELARD, 2001).

A capacidade primeira de julgar, produzida pela experiência primeira se alimenta nas convicções humanas, como: paixões, crenças e desejos inconscientes. Uma mente que se forma quando estimulada na primeira experiência, baseado em informações distorcidas e imprecisas, traz para si momentos confusos da realidade material (BACHELARD, 2001). Torna-se necessário lutar contra essas forças simbolizantes, efetivadoras de crenças, de certezas que antecedem à realidade construída, e que estão alojadas no inconsciente, e que predominam na forma de ideologias.

Diante destes relatos sintéticos percebe-se que a oposição de Marx sobre as concepções tradicionais da construção do entendimento desprende o homem histórico das tradições dominantes e favorece a contemporaneidade no sentido de avançar sobre a formação mental de julgar, estabelecer critérios de valor..., o que possibilita superar e chegar ao debate de questões importantes do processo de sustentação da vida (MARX, 2007).

Para Marx, o primeiro ato de construção da capacidade mental de estabelecer critérios começa na satisfação, satisfação essa, ligada diretamente a questão das necessidades que orientam a vida material. O ato surge exatamente como ato histórico, cuja a finalidade é a vida. É neste procedimento de satisfação de necessidades que aparecem as novas necessidades compondo-se, assim, como o primeiro ato histórico (MARX, 2007).

Com a perspectiva materialista passa-se a conhecer a formação de um entendimento construído em bases materiais que tem como pressuposto a ação do homem sobre a natureza e nas relações sociais. Este conhecimento construído em base materialista, que valoriza ações e relações envolvendo natureza e semelhantes, fala das condições de necessidade e sustentação da vida. Nesta perspectiva, Marx percebe que surge um conhecimento que se forma levando em consideração o conflito, produto da contaminação do espírito com a matéria (MARX, 2007).

O conflito que o materialismo percebe é fruto de uma linguagem que nasce no carecimento das necessidades de transformação e troca. Tal concepção leva a crer que o entendimento desde cedo já se constrói nessas relações sociais e na ação do homem sobre a natureza. Parece que Marx, voltando a questão do idealismo e do esclarecido, afirma que o entendimento, antes de tudo é mero entendimento do meio sensível, imediato, possuindo um vínculo limitado com coisas (MARX, 2007).

Na consolidação dessa prática sobre a natureza e das relações sociais aparece a capacidade de estabelecer juízo, julgando o trabalho material e o espiritual. Este fato leva a perceber pela

imaginação a diferença entre um entendimento que vem da práxis, campo da realidade concreta e aquele que representa algo fora do real, neste momento o entendimento promove a sua emancipação do mundo e criar teorias (MARX, 2007).

Marx entende que a identificação da materialidade é a comprovação da minha existência no mundo. Uma existência que se dá no conflito, uma certa relação determinada com a natureza, fomentada na forma de sociedade e vice-versa (MARX, 2007).

Neste aspecto surge a identidade, produto de uma relação entre natureza e homem. Identifica uma existência que se constrói a partir de uma relação limitada entre os homens em sociedade e que condiciona a relação com a natureza.

Esse entendimento teórico, como segundo momento da apreensão da natureza, da sociedade, mesmo que ele entre em contradição com as relações existentes; essa contradição acontece porque as relações sociais existentes estão em contradição com as forças de produção existentes. É a faculdade que julga e que identificará as contradições não percebidas pela observação, pela sensibilidade, ou ainda, pela perspectiva ideal.

O método que Marx cria para confrontar com base epistemológica tradicional, é de se utilizar das premissas que não permitem arbitrariedade, nem crenças, que são os indivíduos reais, a ação desses sobre as condições materiais de existência, ou seja, premissas verificáveis (MARX, 2007).

Diante desta investigação, o primeiro estado real que Marx encontra é constituído pela existência corporal dos indivíduos e as relações que esse desenvolve. Marx não se preocupou propriamente com a constituição física do homem ou das condições naturais, geológicas, orográficas, hidrográficas, climática e outras que foram dadas a este já elaboradas. Mas que, no entanto, toda historiografia deve partir dessas bases naturais e da modificação causada pelos homens no decurso da produção histórica (MARX, 2007).

A construção da capacidade de julgar dos homens sobre a base de como produzem os seus meios de sobrevivência depende em primeiro lugar da natureza, dos meios de existência já produzidos, mas que não devemos ver esta ação como uma mera reprodução da existência física dos indivíduos. Mas, um modo determinado de tais indivíduos, uma forma determinada de vida, um modo de vida determinado.

É justamente neste campo que se pode perceber a prática de como os indivíduos manifestam o seu comportamento expondo aquilo que conhecem. O que conhecem coincide com a sua produção: tanto o que produzem como a forma como produzem. Um entendimento que revela a

dependência das condições materiais de existência, que vão revelar os tipos de relações condicionadas da produção (MARX, 2007).

Analisando essa questão em âmbito globalizado, os diferentes tipos de relações entre nações dependem da condição de formação do juízo que se revela a partir das forças produtivas, da divisão de trabalho e dessas relações internas, um princípio universal historicamente conhecido. Nisto se torna real que o grau de desenvolvimento do entendimento procede do grau da divisão do trabalho.

Dentro desta perspectiva material as ideias produzidas e que se integram a questão moral, estão ligadas diretamente à atividade material e as relações comerciais materiais entre os homens. As representações, o pensamento, o comércio intelectual dos homens emana diretamente da dimensão material, bem como as leis, a política, a moral, a religião e outras situações. Todas essas produções são executadas pelo julgamento do entendimento dos homens que produzem as suas verdades, verdades materiais e históricas. Estes são os homens reais, atuantes que foram levados por forças produtivas e modo de relações.

O entendimento nunca é mais do que o ser que entende esse ser dos homens que se concretiza no processo da vida real. Este entendimento não desceu do céu para a terra, pelo contrário, ele parte da terra para o céu. A faculdade do entendimento real concreto, não parte daquilo que os homens dizem, imaginam e pensam, nem do que são nas palavras, no pensamento, na imaginação e na representação para se chegar ao entendimento concreto da vida real. Mas a partir do processo de vida real que julga e representa o desenvolvimento dos reflexos e das repercussões ideológicas deste processo vital (MARX, 2007).

Nenhuma um julgamento pode vir antes da história da produção material. Toda construção mental se desenvolve a partir da produção material e das suas relações materiais. Não é o entendimento das coisas que determina a vida, mas, sim, a vida que determina o entendimento. Este modo como o assunto é levado não é desprovido de pressupostos, mas parte de premissas reais. Essas premissas são os homens apreendidos no seu processo de desenvolvimento real em condições determinadas e visíveis empiricamente. A história deixa de ser uma coleção de fatos sem vida, como apresentam os empiristas para se tornar a história concreta das ações dos homens nas suas relações materiais vitais (MARX, 2007).

Não há uma libertação do entendimento baseada simplesmente na dissolução de uma consciência de si... pelo fato de não ser possível levar a cabo uma libertação real sem ser no mundo real e através de meios reais. Como, também, não se pode abolir escravos sem instrumentos materiais, nem a servidão sem aperfeiçoar a agricultura. Os homens não poderão estabelecer um

juízo real do mundo, da vida enquanto não estiverem aptos a produzirem seus alimentos e satisfazerem suas necessidades de moradia e vestuário de modo perfeito (MARX, 2007). A formação de um novo entendimento passa a ser um fato histórico e não intelectual. Uma libertação provocada por condições históricas de produção material que envolve o progresso da indústria, do comércio, da agricultura em virtude dos seus diferentes estádios de formação.

Levando em conta estes questionamentos, infere-se que o primeiro fato histórico que possibilita a formação de um entendimento real do indivíduo é a produção dos meios que permitem satisfazer as necessidades, a produção da vida material. Trata-se de uma condição fundamental de toda história a fim de manter os homens vivos. Mesmo quando a realidade material se reduz a um pedaço de madeira, essa realidade implica na existência da atividade que produziu o pedaço de madeira.

Considerações finais

Levando-se em conta as apresentações feitas neste trabalho, pode-se chegar a algumas conclusões, sem, no entanto, esgotar o assunto, mas trazendo questões importantes para o debate sobre as condições dos homens concretos em seu habitat, no sentido de se compreender o valor desses que se educam a partir de uma realidade concreta em que se torna parte importante na transformação da natureza e das relações sociais, exercendo julgamentos e critérios de desenvolvimento social a partir da sua própria realidade vivida.

Entendemos que a proposta levanta problemas que se tornam importantes na discussão epistemológica, como: a formação do homem obedecendo a uma educação que não permite que o indivíduo lide com questões concretas. Como também, o tipo de indivíduo que a educação deseja chegar, e a serviço de quem? Qual o verdadeiro objetivo da educação nas relações sociais concretas e a sua preparação como indivíduos capazes de julgar e formar critérios de mudança? Tais questões são importantes no debate epistemológico da formação do entendimento, já que existe indicação que aponta para a necessidade de um conhecimento que tenha afinidade direta com a formação de um conhecimento que julgue e que estabeleça critérios que vão de encontro às condições de necessidade materiais dos homens concretos.

Sendo assim, posso avaliar que esta discussão sobre a capacidade do indivíduo enquanto capacidade de estabelecer juízos, nos alerta para a possibilidade de construirmos homens históricos que tenham afinidade com a vida, com a justiça, com a valorização do trabalho em concordância com as necessidades dos homens, a fim de produzir uma sociedade mais justa e menos selvagem.

Referências bibliográficas

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. São Paulo: Meste Jou, 1970

BACHELARD, Gaston. **A formação do espírito científico**: contribuição para uma psicanálise do conhecimento. Tradução: Esteia dos Santos Abreu. - Rio de Janeiro/RJ. Contraponto, 1996.

_____. O ar e os sonhos. **Ensaio sobre a imaginação do movimento**. Tradução: Antônio de Pádua Danesi. São Paulo/SP: Martins Fontes, 2001.

COMTE, Augusto. **Discurso sobre o espírito positivo**. Tradução de Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

GIANOTTI, José Arthur. (org.) **Os pensadores. Augusto Comte**. Tradução de José Arthur Giannotti e Miguel Lemos. São Paulo: Nova Cultura, 1991.

HUME, David. **Acerca do entendimento Humano**. Tradução: Anoar Aiex Créditos da digitalização: Membros do grupo de discussão Acrópolis (Filosofia). Disponível em: <http://br.egroups.com/group/acropolis>. Acesso: 20/04/2015.

LOCKE, John. **Ensaio acerca do entendimento humano**. Tradução: Anoar Aiex. São Paulo/SP. Nova Cultural, 1999.

MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. **Ideologia Alemã**. Tradução: Rubens Enderle, Nélcio Schneider, Luciano Cavini Martorano. São Paulo/SP. Boitempo, 2007.

_____. **Teses sobre Feuerbach** 1845. Escrito por Marx na primavera de 1845. Publicado pela primeira vez por Engels, em 1888, como apêndice à edição em livro da sua obra Ludwig Feuerbach e o Fim da Filosofia Alemã Clássica, Estugarda 1888, pp. 69-72. Publicado segundo a versão de Engels de 1888, em cotejo com a redação original de Marx, Traduzido do alemão. Transcrito por Fred Leite Siqueira Campos para The Marxists Internet Archive. Disponível em: <http://minhateca.com.br/action/SearchFiles>. Acesso: 20/04/2015.

RIBEIRO, João. **O que é positivismo**. São Paulo: Brasiliense, 1994.